

JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSO DE INFRAÇÃO – JARI, CONSTITUÍDA ATRAVÉS DA PORTARIA Nº 020 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2017, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA NO DIA 14 DE FEVEREIRO DE 2017.

**PROCESSO: 2020/010732**

**RECORRENTE: SAMUEL JOANATAN LEAL DAMASO**

**RECORRIDO: SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES DA BAHIA - SIT**

**AUTO DE INFRAÇÃO: R001015384**

**JARI - Junta Administrativa de Recursos de Infração.  
ACÓRDÃO JARI Nº**

**EMENTA: Multa por infração ao Art. 218, inciso I do CTB, “Em movimento de dia, deixar de manter acesa luz baixa sob chuva, neblina ou cerração”. Meras alegações. Nada argui em matéria de Direito. Mera alegação. Recurso conhecido e Improvido**

#### Relatório.

Trata-se de Recurso interposto em face de expedição de Auto de infração de Trânsito por infringir o **Art. 218, inciso I do CTB**, “Em movimento de dia, deixar de manter acesa luz baixa sob chuva, neblina ou cerração”, na data de 17/11/2019, Código: 745-5/0, na Rodovia BA 526, Km 16 – SENTIDO CRESCENTE, na cidade de Salvador-BA.

O recorrente aduz que *“minha esposa que é paciente oncológica, e esta em tratamento de quimioterapia para tratamento de câncer de mama, apresentou um quadro febril, quadro este que havia sido orientado pela sua médica oncologista que caso viesse a ocorrer fossemos de imediato para o Hospital Tereza de Lisieux, pois por debilidade havia alto risco de infecção e internamento em UTI. Havendo um enorme congestionamento na via principal por conta do pedágio e pela urgência de chegar o quanto antes ao hospital, optei seguir pela rodovia descrita.”*

*O Recorrente* junta a documentação obrigatória.

#### Voto

Superadas as questões de Ordem Processuais, no que concerne à tempestividade e capacidade postulatória. Verifico que as razões recursais NÃO atendem aos interesses legais do recorrente, visto que o Recorrente não consegue rechaçar a legalidade e subsistência do auto de infração, pois não há qualquer irregularidade no seu registro, já que em seu bojo constam todos os elementos que a lei determina como obrigatórios, uma vez que o AIT possui todos os elementos constante no rol do art. 280 do CTB.

**Portanto, torna-se frágil as alegações, pois, são incapazes de alterar a pretensão punitiva estatal.**

Isto posto, tomando por base os exatos termos dos artigos at. 281, II do CTB, VOTO no sentido de **CONHECER** do recurso interposto, entretanto dando-o por **IMPROVIDO**, pelas razões aqui apontadas, julgando o **Registro do Auto de Infração nº. R001015384**, lavrado contra **SAMUEL JOANATAN LEAL DAMASO**, válido, mantendo sua exigibilidade. Recurso Conhecido e improvido.

#### Resolução

ACORDAM os membros da Junta Administrativa de Recursos de Infração, por unanimidade, **CONHECER** do Recurso apresentado, entretanto dão-no por **IMPROVIDO**, mantendo a exigibilidade do Auto de Infração nº **R001015384**, pelas razões de direito aqui expostas. Recurso Conhecido e improvido.

Este Acórdão encontra-se, em arquivo neste órgão julgador e terá validade legal desde que acompanhado da Ata de Reunião do dia específico de julgamento devidamente chancelada pelos representantes legais, tudo quanto determinado pelo Art.25 incs. II, IV, VI, X, XI e Art.26 inc. VII do Regimento Interno homologado pelo Decreto nº. 17.825/17.

Sala das Sessões da JARI, 10 de maio de 2022.

Gustavo Adolfo Quintella de Cerqueira – Membro Titular / SEINFRA– Presidente

Fábio Reis Dantas -Membro Titular / SIT

Alba Valéria Alves Coelho – Membro Titular – DETRAN

José Anibal Cerqueira de Moura Fe – Membro Suplente em exercício – FETRABASE

Janaína Nunes Nascimento – Secretária Administrativa da JARI